

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.357 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2001



Limite à edição de medidas provisórias entra em vigor hoje

Congresso promulga, às 15h, a emenda constitucional que muda a tramitação de MPs. Para o presidente interino do Senado, Edison Lobão, isso significa “a retomada do poder de legislar”

Lobão diz que com a emenda constitucional “tudo entrará na ordem e nos eixos”

O Congresso Nacional promulga hoje, às 15h, em sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados, a Emenda Constitucional nº 32/01, que limita a edição de medidas provisórias. O

anúncio foi feito ontem pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão. Ele observou que isso significa “a retomada do poder de legislar que havia sido perdido pelo Poder Legislativo”.

PÁGINA 3



Equipe da TV Senado passou 15 dias documentando a seca em quatro estados nordestinos

TV Senado mostra, em três capítulos, os efeitos da seca no Nordeste

PÁGINA 6

Indenização para reforma agrária pode ser alterada

Projeto em tramitação na CAE prevê que benfeitorias executadas com recursos públicos não serão indenizadas e débitos com bancos federais poderão ser descontados.

PÁGINA 4



Senadores debatem com ministro as prioridades da Educação

PÁGINA 2



Leomar Quintanilha teme uma “verdadeira rebelião” nos estados da Região Norte



Amir Lando manifesta solidariedade a movimento de desobediência civil em Rondônia

Quintanilha e Lando pedem revisão da MP do Código Florestal

PÁGINA 8

Ministro fala sobre diretrizes do MEC

Ainda este mês, também deverão comparecer à Comissão de Educação os ministros da Ciência e Tecnologia e da Cultura, para abordar programas prioritários de suas pastas

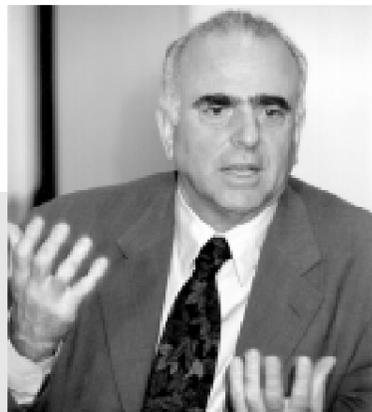
A Comissão de Educação (CE) recebe hoje, às 11h, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que falará sobre as diretrizes e programas prioritários do ministério para o ano de 2002.

O ministro deverá abordar, entre outros assuntos, o projeto que inclui aulas de Informática nas escolas públicas, principalmente as localizadas em regiões mais carentes. A assessoria da comissão informou que o ministro deverá tratar ainda do programa Bolsa-

Escola e do fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Ainda este mês, deverão comparecer à CE os ministros da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e da Cultura, Francisco Weffort. Eles também falarão sobre as prioridades de seus ministérios para o próximo ano. O convite foi feito pelo presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Entre outros temas, Paulo Renato debaterá projeto que inclui ensino de Informática nas escolas públicas, sobretudo das regiões mais carentes



Senado vota autorização para rádios comunitárias

O Plenário vota hoje quatro projetos de decreto legislativo autorizando a exploração de serviço de radiodifusão comunitária pelas seguintes instituições: Associação Creche Lar da Criança Feliz, de Paineiras (MG); Associação Comunitária Capelinha, de Capelinha (MG); Rádio Comunitária Madalena, de Santa Maria Madalena (RJ); Associação O Bom Samaritano, de Rio Branco do Sul (PR). Também estão na pauta quatro projetos de decreto legislativo outorgando permissão e renovando concessão para a exploração de serviço de radiodifusão para as seguintes emissoras: Rádio 98 Timburi FM, de Andirá (PR); VL Radiodifusão, de Itaituba (PA); Fundação Cultural Pássaro Grande, de Uruaçu (GO), e Rádio Independência do Paraná, de Curitiba (PR).

Quintanilha defende privatização como saída para a crise energética do país

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu a retomada imediata do processo de privatização das geradoras de energia, além da implementação do programa emergencial de construção de usinas térmicas, como a solução mais eficaz para tirar o país da atual crise energética.

— O processo de privatização do setor elétrico, a nosso ver acertado em virtude do esgotamento do modelo estatal, alcançou o êxito almejado no setor de distribuição. Hoje, mais de 70% das empresas de distribuição são de capital privado. Entretanto, no setor de geração de energia, ocorre exatamente o inverso, pois mais de 70% das empresas ainda são estatais.

Quintanilha alertou o Congresso e a nação sobre a seriedade dessa crise de energia. Ele lamentou que, no momento em que o Brasil reunia todas as condições para atrair investimentos externos em função dos acertos do governo federal na condução das políticas monetária, fiscal e cambial, o país tenha sido surpreendido pela crise no estratégico setor de energia elétrica.

Para o senador, a origem da crise energética brasileira está no fato de o processo de privatização do setor encontrar-se paralisado.

Comissão de Energia discute uso de biomassa

A comissão especial mista do Congresso destinada a estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país e propor alternativas para o problema realiza hoje, a partir das 15h30, audiência pública com participação de especialistas em biomassa.

O debate contará com a presença da secretária-executiva do Centro Nacional de Referências em Biomassa (Cenbio), Suani Coelho, do coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe), Luís Cortez, e do representante da Universidade Federal do Ceará, Expedito Parente.

Quintanilha criticou a lentidão excessiva com que vem ocorrendo a implantação do novo modelo institucional, que preocupa e afasta os investidores privados.

— Devemos prosseguir no rumo adotado, acelerar as reformas e completar a implantação do modelo competitivo. Será com investimentos privados que poderemos oferecer oportunidades de escolha aos consumidores, aprimorar a eficiência do serviço, assegurar o suprimento de energia elétrica e criar condições para expansão da oferta — afirmou.

Leomar Quintanilha disse também que o estado do Tocantins, com os rios Araguaia e Tocantins, pode dar uma importante colaboração para que o país venha a superar a crise energética. Nesse sentido, ele citou a hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, construída por meio de um consórcio de empresas privadas e com uma previsão de gerar em 2002, quando for inaugurada, cerca de 1.200 MW. Segundo o senador, o estado ainda tem condições de receber dezenas de outras hidrelétricas de médio e pequeno portes.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

17h15 — Recebe o ministro da Educação, Paulo Renato Souza
15h — Sessão Solene do Congresso Nacional

PLENÁRIO

15h — Sessão Solene do Congresso Nacional
Pauta: promulga emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

16h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: vota decretos de outorga e renovação de concessões e permissões para rádios

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: examina 11 matérias, incluindo projeto que estabelece novas regras nas desapropriações para reforma agrária. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h — Comissão de Educação
Pauta: audiência pública com o ministro Paulo Renato Souza para debater as prioridades do Ministério da Educação para o ano de 2002. Após a audiência: examina projeto que incentiva a produção de pesquisas científicas por instituições privadas de ensino superior, entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h30 — Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: debate sobre o tema "Especialistas em Biomassa", com cientistas da área. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: reúne-se com os embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e José Botafogo Gonçalves para discutir o tema "Alca e Mercosul". Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: examina oito matérias, entre elas requerimento que solicita audiência pública para esclarecer denúncia de jornais que apontam envolvimento do Exército em atividades de espionagem. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

18h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: apresentação do relatório da Comissão de Inquérito que avalia denúncias contra o senador Jader Barbalho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

ESPECIAL

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Lançamento de home page na Internet sobre os trabalhos da comissão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Heloísa Helena aponta postura "vergonhosa e abominável" de parlamentar alagoano

Deputado ameaça trabalhadores de morte, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) registrou ontem em Plenário seu repúdio à postura do presidente da Assembleia Legislativa do estado de Alagoas, que classificou de "vergonhosa e abominável". Segundo a senadora, o deputado estadual, que ela fez questão de não declinar o nome, ameaçou de morte mulheres, crianças e trabalhadores sem-terra que participavam das manifestações do Grito dos Excluídos. Diante de jornalistas e câmeras de televisão, o deputado afirmou que "os maloqueiros do Movimento Sem Terra" ele enfrentava ou com a chibata ou com tiro.

— Essas pessoas fazem isso porque vivem em um estado em que o governo dá guarida aos fora-da-lei. Se vissemos em um estado onde os fora-da-lei não tivessem guarida eu duvidaria que um presidente de assembleia legislativa tivesse a ousadia de publicamente ameaçar de morte homens, mulheres e crianças desarmados que estavam em uma manifestação como tanta outras que acontecem em todo o país — afirmou a senadora.

Heloísa Helena, que classificou de covarde a posição do presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, denunciou que ele anda armado e acompanhado por capangas, também portando armas proibidas pela legislação brasileira como metralhadoras Uzi e fuzis AR-15.

A senadora pediu ainda a apuração do seqüestro e assassinato de uma assessora da Assembleia Legislativa de Alagoas, ocorrido na quinta-feira passada. Ela defendeu a necessidade de o governo estadual estabelecer os processos investigatórios para evitar que a impunidade continue favorecendo a ocorrência de crimes como esse.

Lobão anuncia que Congresso promulga hoje restrição a MPs

Sessão solene será realizada às 15h no Plenário da Câmara. Pelas novas regras, medida provisória que não for votada em 120 dias perderá a eficácia desde sua edição

A sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 32/01, que limita a edição de medidas provisórias, será realizada hoje às 15h, no Plenário da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito durante a sessão do Senado pelo presidente interino da Casa, Edison Lobão. Ele informou que, em razão desse evento, a sessão ordinária deliberativa do Senado Federal terá início às 16h.

Pela nova legislação, as MPs passarão a valer por 60 dias, prorrogáveis por mais 60, caso não sejam votadas pela Câmara ou pelo Senado. Passados os 120 dias sem votação final, as MPs perderão a eficácia, desde sua edição. Antes da emenda, as MPs tinham validade de 30 dias mas podiam ser reeditadas indefinidamente. Com isso, algumas delas estão em vigor há mais de seis anos.

Outra modificação importante na tramitação das medidas provisórias diz respeito ao funcionamento do Congresso Nacional. Pela sistemática anterior, as MPs deveriam ser examinadas em sessão conjunta com a presença de senadores e deputados. Com a nova lei, as medidas provisórias passarão a ser votadas em sessões separadas da Câmara e do Senado.

É opinião corrente entre os senadores que a emenda modifica as relações entre o Legislativo e o governo federal e restaura as prerrogativas legislativas do Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, acaba com a omissão que atingia a imagem do Parlamento, abalada pela demora em decidir pela aprovação ou rejeição das medidas provisórias, que acabavam sendo reeditadas pelo Executivo.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considera que o Brasil está diante da mais importante emenda constitucional desde a Assembleia Constituinte. A seu ver, nada toca tão pontualmente nas relações de poder quanto essa emenda. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) reconhece que a tramitação agregou qualidade ao texto. Ele afirma que não é um texto perfeito, mas permite ao Legislativo sair da cômoda posição de criticar a voracidade legislativa do Executivo. Já o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aponta três problemas na matéria: a perpetuação das MPs em vigor; a omissão do texto a respeito do decreto legislativo; e a questão de saber se o exame da MP começa na Câmara ou no Senado. Na opinião de Sebastião Rocha, se a tramitação iniciar-se pela Câmara, haverá sempre problemas no Senado.



Edison Lobão informa que a sessão deliberativa do Senado vai começar às 16h, depois da sessão do Congresso

Senador afirma que "tudo entrará na ordem e nos eixos"

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse ontem que a promulgação da emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias significa "a retomada do poder de legislar que havia sido perdido pelo Poder Legislativo".

— Com as medidas provisórias, o presidente da República legislava mais do que o próprio Congresso Nacional. Agora haverá uma limitação ao Poder Executivo, mas sem tirar do presidente a capacidade

de também legislar, nos momentos de emergência e de relevância — esclareceu.

Segundo Lobão, "o que não se podia mais admitir era a legislação desenfreada que havia; com esta promulgação, tudo entrará na ordem e nos eixos". O presidente interino do Senado disse que ainda não tem o resultado do exame que a assessoria jurídica está realizando sobre a situação das últimas dez medidas provisórias editadas pelo presidente da República.

Alcântara aplaude visita de Fernando Henrique ao Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou sua satisfação com a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Ceará, quando inaugurou o novo Porto de Pecém e o projeto de irrigação do Baixo Acaraú, que servirá para lançar as bases da fruticultura irrigada para exportação no estado.

Alcântara disse que o projeto, financiado pelo Banco Mundial, foi planejado para contornar erros dos projetos de irrigação que têm resultado em baixa produtividade.

Maior rigor na seleção dos beneficiários, mais atenção à tecnologia e à manutenção, bem como liberação sem atraso das contrapartidas do governo estadual, vão garantir melhores resultados, explicou.

MATRIZ ENERGÉTICA

Alcântara manifestou sua preocupação com a escassez de energia no Brasil, afirmando que o Ceará pode contribuir para a diversificação da matriz energética, produzindo energia eólica. Ele citou estudos de mapeamento dos ventos no país inteiro, mostrando que seu potencial



Lúcio Alcântara: estudos mostram que ventos podem gerar 6% da energia elétrica consumida no país

pode atingir 6% do consumo total de energia elétrica no país.

O senador lembrou que a escassez de energia elétrica está, muitas vezes, ligada à falta de água. Projetos como a interligação de bacias e de açudes po-

dem resultar na perenização de alguns rios do Nordeste e, em última instância, no aumento da oferta de água potável e da produtividade das hidrelétricas da região, concluiu Lúcio Alcântara.

Indenização para reforma agrária pode mudar

Conforme projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje, as benfeitorias realizadas com recursos públicos não serão levadas em conta no cálculo das indenizações da terra a ser desapropriada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, em caráter não-terminativo, substitutivo do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) a projeto de lei da Câmara que altera a sistemática de cálculo das indenizações de terras para efeito de reforma agrária. Pelo substitutivo, que incorporou emendas dos senadores Osmar Dias (sem partido-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), as benfeitorias executadas com recursos públicos não serão indenizadas. O texto do relator prevê, ainda, um acerto de contas, descontando-se do valor da indenização eventuais débitos contraídos com instituições financeiras públicas federais.

O relator decidiu rejeitar emenda proposta pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) que desconsiderava na indenização a valorização da área em virtude de



Lúcio Coelho acatou emendas de Osmar



Dias e Eduardo Suplicy apresentadas ao projeto que muda o cálculo das indenizações



benfeitorias públicas indiretas, como, por exemplo, uma estrada pavimentada.

A CAE também deve examinar projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inclui o setor apícola (produção de mel de abelhas) no rol das atividades beneficiadas pela política agrícola oficial.

AUTOMÓVEIS

Outro projeto a ser examinado diz respeito à indústria automobilística, e visa incentivar o setor, postergando a cobrança de impostos da saída dos veículos da fábrica para o momento da venda efetiva pelas concessionárias. O projeto é de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e re-

cebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), para quem a proposta vai melhorar a situação de capital de giro das empresas, que atravessam atualmente situação difícil, provocada pela retração do mercado.

O setor da indústria automobilística no Brasil responde atualmen-

te por 270 mil empregos diretos.

A CAE também deve examinar projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), destinando 50% dos recursos apurados com as privatizações para a conclusão de obras de açudagem, barragem, irrigação e adução, e também para a saúde. A matéria recebeu votos em separado e será ainda analisada em conjunto com outra proposta, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que reduz o percentual para 40%. O relator da matéria, senador Lúcio Coelho, rejeitou todas as propostas. Ele entende que a melhor aplicação dos recursos da privatização é a praticada pelo governo, de pagar juros da dívida e procurar reduzir os níveis do endividamento público. Com isso, ele argumenta, o governo fica mais desimpedido para aplicar recursos nos setores prioritários.

CAE inaugura hoje "site" na Internet

A Comissão de Assuntos Econômicos lança hoje, às 10h, seu *site* na Internet, que trará informações sobre os trabalhos do colegiado. Os internautas passarão a ter acesso a um banco de dados com todas as resoluções aprovadas pelo Senado Federal relacionadas ao endividamento da União, estados, municípios e Distrito Federal, desde a promulgação da Constituição de 1988. O endereço do *site* é www.senado.gov.br/web/comissoes/cae.



Alcântara: objetivo é dar transparência aos trabalhos

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), informou que a *home page* também conterá informações sobre o funcionamento da comissão, incluindo as atribuições legais do órgão, composição e tramitação e aprovação de projetos. "O objetivo é dar transparência aos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos", disse Lúcio Alcântara.

Quem acessar o *site* também terá a oportunidade de encontrar dados sobre os ajustes fiscais realizados pelos estados.

CRE discute o fim da isenção fiscal para os "free shops"

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), reúne-se hoje para discutir projeto de lei do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que propõe o fim das isenções fiscais para lojas de *free shop* instaladas em aeroportos brasileiros. Segundo Osmar Dias, o país deixou de recolher, em apenas cinco anos, perto de US\$ 1 bilhão em impostos. O parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), é contrário à aprovação do projeto.

Também será apreciado pela comissão requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que propõe a realização de audiência da CRE em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ricardo Santos quer ouvir os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, sobre as medidas protecionistas americanas ao aço brasileiro.

Os integrantes da CRE votam ainda requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que convida os membros das Comissões de Agricultura e Relações Exteriores do Senado norte-americano para participar de audiên-

cia pública. O objetivo é discutir a questão agrícola americana. Está prevista também, com o patrocínio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), visita aos estados brasileiros produtores de soja, como o Paraná.

MST

A comissão deve examinar ainda requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicita a convocação do general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, além do comandante do Exército, general Gleuber Vieira. O senador quer esclarecimentos sobre a denúncia de que o Exército espiona membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No mesmo dia, em reunião secreta, a CRE analisa a escolha dos diplomatas Vitor Cândido Paim Gobato para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde, e de Fausto Orlando Campello Coelho, que pode vir a comandar a embaixada brasileira na República de Côte D'Ivoire. Será ainda analisado o nome de Ney Prado Dieguez, embaixador na Guiana, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador em Granada.

Embaixador analisa Mercosul e adesão do Brasil à Alca

O ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e sua repercussão no futuro do Mercosul devem ser abordados em exposição do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, hoje, às 17h30, no Senado. Ex-diretor do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri) do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Guimarães foi convidado a falar sobre o tema "Alca e Mercosul" pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

No mês de abril, o embaixador deixou a direção do Ipri. O afastamento teria sido motivado por sua convicção de que a entrada do Brasil na Alca iria gerar confronto direto entre multinacionais norte-americanas e empresas brasileiras.

Conforme afirmou em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, as normas impostas pela Alca impediriam o Brasil de exercer "políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego indispensáveis à superação das extraordinárias disparidades sociais e da crônica vulnerabilidade externa".

Samuel Guimarães acredita que o Mercosul não sobreviveria à implantação da Alca. União aduaneira baseada na fixação de tarifa externa comum (TEC), o Mercosul também atua, segundo observou, como zona de livre comércio que adota tarifa zero e ausência de barreiras às exportações intrazonais de empresas do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, países-membros do bloco econômico. O advento da Alca, que eliminaria a TEC para seus integrantes na área do Mercosul, inviabilizaria o funcionamento do bloco do Cone Sul nos países do continente americano.

CONGRESSO

Os trabalhos da comissão serão presididos por Requião por dois anos, com a colaboração dos deputados Ney Lopes (PFL-RN), vice-presidente, e Feu Rosa (PSDB-ES), secretário-geral, e da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), secretária-geral adjunta. Ciente das dificuldades enfrentadas pelos países que compõem o bloco comercial sul-americano, o senador paranaense está disposto, durante sua gestão, a envolver o Congresso Nacional de forma mais efetiva nas negociações sobre o futuro do Mercosul.

Lindberg aponta criação de "indústria de multas" no DF

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) protestou ontem contra a falta de critérios do governo do Distrito Federal (GDF) na instalação do que classificou como "excelente negócio" e "lucrativa indústria de multas" — os radares fixos conhecidos como "pardais" e as lombadas eletrônicas, que são utilizados para multar motoristas por excesso de velocidade. Lindberg disse ser injustificável que trechos de pouco trânsito e com pouca densidade populacional, como o bairro Lago Sul, tenham radares para velocidades muito baixas. Ele esclareceu que não defende infratores, mas os motoristas que são induzidos ao erro pelas autoridades. Estas, na sua opinião, procuram confundir para aumentar a arrecadação com radares controlados por empresas privadas.



Para Lindberg, motoristas são induzidos ao erro

— Recentemente, as autoridades do trânsito modificaram os limites na L-4 Sul, Avenida das Nações. No início da via há um pardal para medir velocidade de 60 km/hora. Poucos metros adiante a velocidade sobe para 80 km/hora, com três pardais instalados. Final e inexplicavelmente, após o shopping center Pier 21, a velocidade cai para 70 km/hora. É incompreensível que uma

mesma via, moderna, de mão única, com três pistas, tenha três limites de velocidade diferentes, que confundem o motorista não acostumado a transitar por ela.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) associou-se aos protestos de Lindberg e criticou a parceria de empresas privadas com o GDF para aplicação de multas de trânsito. "Parece mais um negócio do que uma política de orientação dos motoristas. Chega a ser abusivo o ganho com as multas", afirmou. Quintanilha aconselhou os motoristas multados a recorrerem ao Procon para saber se seus direitos estão sendo lesados.

Lindberg lembrou que juízes acusaram o abuso e o Ministério Público já investiga a legalidade do contrato entre o GDF e o consórcio de empresas que venceu a licitação para a exploração e operação de quatro radares móveis. O senador explicou que o contrato estabelece que, para cada multa de radar móvel, as empresas recebem R\$ 36, e que no período de 20 de julho a 27 de agosto foram registradas cerca de 32 mil infrações de trânsito, representando um faturamento para o GDF de, no mínimo, R\$ 5,472 milhões, e para as empresas, de R\$ 1,152 milhão. Ele sugeriu que o governo de Brasília cumpra as exigências do Código Brasileiro de Trânsito, como quebra-molas dentro dos padrões especificados e maior racionalização nas faixas de pedestres.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

chegando e, lamentavelmente, nossos estados e municípios não têm dinheiro nem grupos de socorro em caso de calamidades — afirmou Casildo Maldaner.

O senador apresentou dois projetos — um cria o fundo e o outro autoriza pessoas e empresas a abaterem do Imposto de Renda contribuições e doações que fizerem a órgãos e fundos de defesa civil.

— Por que sermos imprevidentes? Por que esperarmos as catástrofes para agir de forma amadora, sem dinheiro, fazendo campanhas para que o povo ajude os flagelados? — questionou.

Maldaner disse que já conversou sobre o assunto com o ministro da Integração Nacional, sena-

— Este país é capaz de destinar parte de sua arrecadação para ajudar a cultura, mas insiste em não se prevenir contra os terríveis efeitos das calamidades climáticas, como secas ou enchentes. Está na hora de o Congresso encarar esse assunto — afirmou.

Atualmente, lembrou o senador, existe um Fundo de Combate às Calamidades Públicas, mas ele raramente tem dinheiro e, toda vez que um município ou estado precisa de apoio, o socorro chega a demorar três ou quatro meses, enquanto a população afetada sofre os efeitos da catástrofe. Ele disse que não aceita a desculpa das seguradoras de que o fundo irá aumentar muito o valor dos seguros no país.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

Maldaner denuncia pressões contra fundo para calamidades

Senador afirma que empresas seguradoras estão agindo para impedir aprovação de projeto de sua autoria na Comissão de Assuntos Econômicos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.



Maldaner: país insiste em não se prevenir contra calamidades

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

chegando e, lamentavelmente, nossos estados e municípios não têm dinheiro nem grupos de socorro em caso de calamidades — afirmou Casildo Maldaner.

O senador apresentou dois projetos — um cria o fundo e o outro autoriza pessoas e empresas a abaterem do Imposto de Renda contribuições e doações que fizerem a órgãos e fundos de defesa civil.

— Por que sermos imprevidentes? Por que esperarmos as catástrofes para agir de forma amadora, sem dinheiro, fazendo campanhas para que o povo ajude os flagelados? — questionou.

Maldaner disse que já conversou sobre o assunto com o ministro da Integração Nacional, sena-

— Este país é capaz de destinar parte de sua arrecadação para ajudar a cultura, mas insiste em não se prevenir contra os terríveis efeitos das calamidades climáticas, como secas ou enchentes. Está na hora de o Congresso encarar esse assunto — afirmou.

Atualmente, lembrou o senador, existe um Fundo de Combate às Calamidades Públicas, mas ele raramente tem dinheiro e, toda vez que um município ou estado precisa de apoio, o socorro chega a demorar três ou quatro meses, enquanto a população afetada sofre os efeitos da catástrofe. Ele disse que não aceita a desculpa das seguradoras de que o fundo irá aumentar muito o valor dos seguros no país.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

Patrocínio propõe mudança para tornar processo penal mais ágil

Projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que altera o Código de Processo Penal, tornando-o mais ágil, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa. O texto pretende, entre outras modificações, permitir que o defensor do acusado intervenha ou influa nas perguntas para interpor questão de ordem e que os jurados sorteados comuniquem-se entre si.

— Na verdade, o veredicto a ser proferido deve, sim — a exemplo do que ocorre em tribunais populares em outros países —, resultar da livre comunicação entre os jurados, para que corrijam posturas e eventuais preconceitos veiculados pela mídia ou nascidos de informações equivocadas, e se convençam da culpabilidade ou inocência do acusado — argumentou o parlamentar.

Patrocínio observa, na justificativa, que, o direito consuetudinário e as circunstâncias específicas é que devem orientar os julgados dos crimes dolosos contra a vida.

— É o sentir, e não a técnica, que deve orientar os julgados dos tribunais populares. Fosse o contrário, a composição do júri haveria de admitir somente advogados, promotores e juízes — sustentou.

— Ao Executivo cabe, no mínimo, executar as políticas que indicou no Plano Nacional de Segurança. Resta ao governo a decisão política de modificar o estado de coisas — afirmou.

Iris Rezende criticou a prioridade que o governo vem dando à política econômica, centrada no combate à inflação e na estabilização da moeda, deixando de lado a questão social.

O senador lamentou que a maioria dos casos não tenha solução tão rápida e eficaz quanto o seqüestro que envolveu o apresentador Silvio Santos e sua filha, Patrícia Abravanel. De acordo com o senador, dados indicam que, em São Paulo, apenas 1,7% dos homicídios leva à condenação e apenas 2,5% dos cri-

mes são resolvidos.

Iris se disse especialmente preocupado com a desesperança que vê na população, o que pode fortalecer a crença na necessidade de "fazer justiça com as próprias mãos". Ainda assim, defendeu a legalização da posse de armas pela população, cuja proibição vem sendo discutida no Congresso. Segundo ele, as forças policiais não conseguiram impedir que os bandidos tenham armas e não seria justo tirar a possibilidade de resistência dos cidadãos. "Os morros do Rio estão armados até os dentes", disse.

Conforme dados de recente pesquisa do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, citados pelo senador, 50% dos brasileiros que vivem em 10 capitais brasileiras deixaram de sair de casa à noite por temerem por suas vidas. De acordo com Iris, na última década o número de mortes por homicídio aumentou 200% no Brasil e mesmo o aumento do contingente de agentes de segurança privados e públicos não diminuiu o problema.

Entre as formas de combater o

Iris cobra ações de combate à violência

problema, o senador sugeriu a união de forças envolvendo o poder público e a sociedade civil para implantar uma efetiva política de controle da violência, associando instrumentos preventivos e repressivos. Iris afirmou ainda que jovens escolarizados e preparados para o mercado de trabalho terão menos chance de ser atraídos pelo crime, mas educação e trabalho têm efeitos a longo prazo. "Porém é preciso começar, e rápido, porque é com atitudes no presente que vamos garantir a segurança no futuro", defendeu.

O senador reconheceu que o desemprego e o subemprego empurram legiões inteiras para a marginalidade e atribuiu a violência à pobreza, ao desemprego, aos conflitos de classe, à falta de saúde e de moradia.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) sugeriu uma convocação nacional para discutir o problema. "Os instrumentos que temos estão se mostrando ineficazes", afirmou.

— Este país é capaz de destinar parte de sua arrecadação para ajudar a cultura, mas insiste em não se prevenir contra os terríveis efeitos das calamidades climáticas, como secas ou enchentes. Está na hora de o Congresso encarar esse assunto — afirmou.

Atualmente, lembrou o senador, existe um Fundo de Combate às Calamidades Públicas, mas ele raramente tem dinheiro e, toda vez que um município ou estado precisa de apoio, o socorro chega a demorar três ou quatro meses, enquanto a população afetada sofre os efeitos da catástrofe. Ele disse que não aceita a desculpa das seguradoras de que o fundo irá aumentar muito o valor dos seguros no país.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

chegando e, lamentavelmente, nossos estados e municípios não têm dinheiro nem grupos de socorro em caso de calamidades — afirmou Casildo Maldaner.

O senador apresentou dois projetos — um cria o fundo e o outro autoriza pessoas e empresas a abaterem do Imposto de Renda contribuições e doações que fizerem a órgãos e fundos de defesa civil.

— Por que sermos imprevidentes? Por que esperarmos as catástrofes para agir de forma amadora, sem dinheiro, fazendo campanhas para que o povo ajude os flagelados? — questionou.

Maldaner disse que já conversou sobre o assunto com o ministro da Integração Nacional, sena-

— Este país é capaz de destinar parte de sua arrecadação para ajudar a cultura, mas insiste em não se prevenir contra os terríveis efeitos das calamidades climáticas, como secas ou enchentes. Está na hora de o Congresso encarar esse assunto — afirmou.

Atualmente, lembrou o senador, existe um Fundo de Combate às Calamidades Públicas, mas ele raramente tem dinheiro e, toda vez que um município ou estado precisa de apoio, o socorro chega a demorar três ou quatro meses, enquanto a população afetada sofre os efeitos da catástrofe. Ele disse que não aceita a desculpa das seguradoras de que o fundo irá aumentar muito o valor dos seguros no país.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão



Iris Rezende diz que principal papel cabe ao Executivo

— Este país é capaz de destinar parte de sua arrecadação para ajudar a cultura, mas insiste em não se prevenir contra os terríveis efeitos das calamidades climáticas, como secas ou enchentes. Está na hora de o Congresso encarar esse assunto — afirmou.

Atualmente, lembrou o senador, existe um Fundo de Combate às Calamidades Públicas, mas ele raramente tem dinheiro e, toda vez que um município ou estado precisa de apoio, o socorro chega a demorar três ou quatro meses, enquanto a população afetada sofre os efeitos da catástrofe. Ele disse que não aceita a desculpa das seguradoras de que o fundo irá aumentar muito o valor dos seguros no país.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciou em Plenário que empresas seguradoras estão pressionando para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não aprove o projeto de sua autoria que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Fundecadec), destinado a socorrer municípios e regiões afetadas por calamidades climáticas. O fundo seria formado com a cobrança de 0,1% de todos os seguros feitos no país e o dinheiro seria dividido em partes iguais entre a União, os estados e os municípios.

— Apelo mais uma vez aos senadores para que discutam e aprovem o projeto. As violentas chuvas de verão do Centro-Sul estão

chegando e, lamentavelmente, nossos estados e municípios não têm dinheiro nem grupos de socorro em caso de calamidades — afirmou Casildo Maldaner.

O senador apresentou dois projetos — um cria o fundo e o outro autoriza pessoas e empresas a abaterem do Imposto de Renda contribuições e doações que fizerem a órgãos e fundos de defesa civil.

— Por que sermos imprevidentes? Por que esperarmos as catástrofes para agir de forma amadora, sem dinheiro, fazendo campanhas para que o povo ajude os flagelados? — questionou.

Maldaner disse que já conversou sobre o assunto com o ministro da Integração Nacional, sena-

TV Senado apresenta documentário sobre a seca

São três capítulos que compõem *Sertão: a Terra, a Luta, a Gente*. O filme relata os resultados da estiagem e pode ser visto a partir de amanhã

Durante 15 dias do mês de julho uma equipe da TV Senado percorreu quatro estados nordestinos para documentar a seca que castiga a região. O resultado foi o documentário *Sertão: a Terra, a Luta, a Gente*, de três capítulos, que começa a ser exibido esta semana. O título é inspirado em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Em 1897, convidado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor partiu para a Bahia com a missão de enviar para o jornal reportagens sobre Canudos.

Os jornalistas Renata de Paula e Assis Medeiros percorreram cerca de quatro mil quilômetros de estradas pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba e descobriram que os relatos sobre o efeito da seca pouco mudaram. A fome, o desemprego, a escassez de água persistem, mas a equipe encontrou um cenário inesperado: a sociedade organizada, a presença de organizações não-governamentais (ONGs), programas de capacitação para agri-



O documentário mostra que os efeitos da seca no Nordeste pouco mudaram nos últimos 100 anos



cultores, cooperativas de pequenos produtores e cisternas espalhadas por todo o sertão. Ações que têm feito a diferença entre a fome e a segurança alimentar.

A primeira parte do documentário, o episódio *A Terra*, conta um pouco da história da seca e fala sobre o semi-árido e a dificul-

dade de obtenção, captação e armazenamento de água na região. Em *A Luta*, o documentário aborda os mecanismos encontrados para garantir a sobrevivência no sertão. Em *A Gente*, o telespectador verá um povo religioso, simples, batalhador.

O primeiro episódio será exibido amanhã, logo após o *Jornal do Senado*, mostrado às 21h. *A Luta* e *A Gente* serão exibidos na quinta e na sexta-feira, no mesmo horário. No sábado, os três capítulos vão ao ar às 15h30. No domingo, serão exibidos às 8h30.

Jucá ressalta importância do Estatuto da Cidade

Ao lembrar a sanção, ocorrida em 10 de julho, do Estatuto da Cidade, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o novo texto legal é de fundamental importância, uma vez que 80% da população brasileira é urbana, e "abre perspectivas para que comece uma verdadeira reforma urbana, um esforço para remediar os graves males sociais e físicos que afligem as cidades".

De acordo com o estatuto, lembrou o senador, as cidades devem crescer harmonicamente, com adensamento adequado, eixos e meios de transporte que viabilizem e favoreçam o conjunto. Nelas, os

serviços públicos devem atender a todos.

— O Estatuto da Cidade nos dá o instrumento legal para que posamos tentar reverter os problemas que atingem a maioria da população: a miséria das periferias, as habitações de padrão precário, a falta de saneamento, a criminalidade, a especulação imobiliária e as dificuldades do transporte coletivo e do trânsito. É uma tarefa de todos nós: municípios, estados, governo federal, entidades da sociedade, empresas e associações de bairro — disse.

Na avaliação do senador, o Estatuto da Cidade permitirá que

seja superado o caos das metrópoles, particularmente o das periferias miseráveis. "O Congresso Nacional pode se orgulhar de ser o autor dessa importante lei", afirmou o parlamentar.

Entre as inovações definidas pela lei, destacam-se, segundo Jucá, o direito de superfície, o consórcio entre o poder público e a iniciativa privada, o estudo de impacto de vizinhança, o usucapião urbano coletivo — que viabiliza a regularização de favelas — e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo para terrenos sem uso útil. Jucá lembrou que o Estatuto da Cidade começou a tramitar no Senado em 1989, como projeto de lei do então senador Pompeu de Sousa. Depois, acrescentou, foi para Câmara dos Deputados, que aperfeiçoou a proposta.



Estatuto abre perspectiva para uma reforma urbana, disse Jucá

Bezerra exige da ANP combate a irregularidades

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) por não punir os causadores de desastres ecológicos e "nem fiscalizar com eficiência" a gasolina vendida pelos postos aos motoristas. De acordo com o senador, "o combate rigoroso às recorrentes



Segundo Carlos Bezerra, agência deve ser dotada de poder administrativo

irregularidades" do setor contribuirá para a redução de riscos à população e ao meio ambiente. "A ANP deve, com urgência, ser dotada de verdadeiro poder administrativo, capaz de responder à altura da complexidade do setor petrolífero no Brasil", afirmou.

Segundo Carlos Bezerra, o papel da ANP aproxima-se muito da esfera da ação preventiva e punitiva do poder público, no caso de acidentes ambientais com derivados de petróleo. O senador acrescentou que, quando proliferam acidentes envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias, com destaque para vazamentos de óleo em grandes quantidades,

a opinião pública percebe "a timidez com que a agência se ocupa desses casos".

— Por possuir vitrines muito próximas ao crivo da imprensa e da opinião pública, a ANP experimenta, nos dias atuais, momentos intermitentes de desgaste e de torpor, que podem, em curto

prazo, corroer por completo sua eficácia institucional e política.

O senador lembrou que a legislação brasileira determina que o percentual de mistura de álcool com gasolina é de 22%. Já se detectou, no entanto, que os carros nacionais suportam rodar, sem problemas, utilizando combustível com até 26% de álcool misturado à gasolina, durante curto prazo de utilização. Na opinião de Bezerra, isso desperta o interesse generalizado dos donos de postos pela aquisição de combustível adulterado e mais barato. De acordo com o senador, a própria ANP já identificou postos comercializando gasolina com até 48% de álcool.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Cidadania* — O senador Ney Suassuna e a ministra Hala Husni Fariz, da Congregação Palestina no Brasil, falam sobre o conflito no Oriente Médio
2h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
2h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
3h — *As Cores do Brasil* — Karajás
3h30 — *Entrevista* — O vice-presidente-executivo da Liga de Defesa Nacional, José Carvalho, e o presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Carlos Moura, falam sobre a defesa da Amazônia
4h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
4h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
5h — *As Cores do Brasil* — Karajás
5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
6h30 — *Cidadania* — O senador Ney Suassuna e a ministra Hala Husni Fariz, da Congregação Palestina no Brasil, falam sobre o conflito no Oriente Médio
7h30 — *Entrevista* — O vice-presidente-executivo da Liga de Defesa Nacional, José Carvalho, e o presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Carlos Moura, falam sobre a defesa da Amazônia
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
9h — *As Cores do Brasil* — Karajás
9h30 — *Entrevista* — O senador Sebastião Rocha fala sobre

a regulamentação dos Planos de Saúde
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação — Audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato (gravado)
14h — *Cidadania* — O senador Ney Suassuna e a ministra Hala Husni Fariz, da Congregação Palestina no Brasil, falam sobre o conflito no Oriente Médio
15h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Promulgação da Emenda Constitucional de Medidas Provisórias (ao vivo)
16h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — O vice-presidente-executivo da Liga de Defesa Nacional, José Carvalho, e o presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Carlos Moura, falam sobre a defesa da Amazônia
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias — Edição da Noite*
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Relatório sobre Jader será apresentado hoje

Coordenador da comissão especial do Conselho de Ética, Romeu Tuma informa que o documento conterá depoimentos de testemunhas sobre o desvio no Banpará, os laudos técnicos e a defesa de Jader Barbalho

O relatório que indicará se deve ou não ser aberto processo contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, por quebra de decoro parlamentar deverá estar pronto ainda na manhã de hoje. A informação foi dada ontem pelo coordenador da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga o caso, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Tuma disse que comunicou a intenção do grupo ao presidente interino do conselho, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). No documento, deverão constar os depoimentos de diversas testemunhas relacionadas com o desvio de recursos do Banco do Estado do Pará entre 1984 e 1987 — época em Jader governava o estado do Pará. Essa é também a principal denúncia contra Jader.

Devem ser incorporados ainda ao parecer da comissão os laudos definitivos de técnicos do Banco Central que analisaram os vários



Romeu Tuma não adianta teor do relatório, mas garante que "a busca é pela verdade"

relatórios e auditorias sobre o caso Banpará, inclusive a defesa apresentada por Jader Barbalho em seu depoimento à comissão.

Tuma não adiantou a posição do colegiado, mas frisou: "A busca que fazemos é pela verdade".

ELEIÇÕES

Além de conhecer o teor do relatório da comissão que investiga denúncias contra Jader, os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar irão realizar eleições esta semana para a presidência do órgão. Interinamente, responde pelo cargo o senador Geraldo Althoff, mas, com a re-

núncia do senador Gilberto Mes-trinho (PMDB-AM), que presidia o conselho, deverá ser feita nova eleição.

O PMDB reivindica o posto por ser o maior partido no colegiado e já indicou o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) para a vaga. Alguns membros do conselho, no entanto, como o senador Jefferson Péres (PDT-AM), contestam o argumento, lembrando que isso é apenas uma praxe na Casa, e não regra regimental.

O senador Tuma disse que a entrega do relatório será anterior às eleições e que o novo presidente poderá dar o encaminhamento que achar conveniente à matéria, depois de ouvidos os membros do conselho.

Tuma aproveitou para contestar notícias de que estaria exercendo a corregedoria — cargo que dá direito de voto no Conselho de Ética — de forma irregular.

— Quando venceu o prazo de meu mandato, fui até o presidente e pus o cargo à disposição, mas ele não aceitou e, conforme entendimento da própria Mesa da Casa, eu estou no pleno exercício de minhas atribuições — disse.

João Alberto discorda e votará em separado

A comissão que apura a possível quebra de decoro pelo presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, não chegou a consenso no que diz respeito à elaboração de relatório sobre o caso. Um de seus integrantes, o senador João Alberto (PMDB-MA), disse que não concorda com as conclusões a que chegaram os outros membros da comissão, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), e anunciou que apresentará relatório paralelo. De acordo com João Alberto, as investigações não apontaram qualquer prova do envolvimento de Jader com o desvio de recursos do Banpará.

— Não foi feito nenhum depósito na conta do senador (Jader). Não há prova definitiva de que ele foi beneficiado — disse.

Romeu Tuma apresentará relatório pedindo a abertura de processo por quebra de decoro, apoiado por Jefferson Péres, que deverá entregar à comissão um documento sustentando que a demo-



Para João Alberto, "não há prova definitiva de que Jader foi beneficiado"

ra de Jader em enviar o requerimento de informações sobre o caso Banpará constituiria quebra de decoro parlamentar. Mas, para João Alberto, esse ato não está entre os fatos apurados pela comissão. Os três senadores se reúnem às 10h de hoje para tentar um consenso. João Alberto, porém, já anunciou que pedirá vista do relatório na reunião com os demais integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Requião: grupo contrário ao governo obteve vitória na convenção do PMDB

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) garantiu que o grupo contrário ao governo federal saiu vitorioso da convenção nacional do PMDB. "Ao aprovar, por ampla maioria de votos, a moção de minha autoria e do ex-presidente Paes de Andrade, o partido se definiu claramente como um partido de centro-esquerda contrário à política neoliberal e de globalização do desastrado governo do presidente Fernando Henrique Cardoso", afirmou.

Segundo Requião, foi somente a necessidade de garantir a liberação das emendas orçamentárias dos parlamentares e manter as nomeações de interesse dos convenionais que levaram 62% dos presentes à convenção a eleger o deputado Michel Temer (SP) como presidente do PMDB. "A eleição do senador Maguito Vilela (GO) iria dificultar essas tarefas", argumentou.

Requião afirmou que a moção



Roberto Requião diz que PMDB condenou ações do governo Fernando Henrique

aprovada deverá nortear as ações da Executiva do PMDB e ela foi clara em condenar múltiplas ações do governo FHC, entre as quais a multiplicação da dívida pública de R\$ 63 bilhões para mais de R\$ 600 bilhões, a privatização dos ativos estatais mediante o uso de recursos públicos nacionais e o impedimento, por meio de suborno e ameaça, de instalação de CPIs destinadas a investigar a corrup-

ção no governo.

Para Requião, o novo presidente do PMDB terá que fazer críticas ao governo do presidente Fernando Henrique ao mesmo tempo que cumpre a delegação da fisiologia partidária, liberando as emendas orçamentárias de que os convenionais precisam para satisfazer seus eleitores. "O sistema está errado. Depois de aprovadas no orçamento, as emendas deveriam ser liberadas automaticamente, para não serem usadas como suborno como foram", disse.

Ele afirmou que os resultados da convenção representaram o fim da composição PMDB/PSDB, ao aprovar o lançamento de candidatura própria à Presidência da República e a realização de prévias partidárias para escolha do nome, no dia 20 de janeiro. "A aprovação da moção representou um grito de nacionalidade, uma condenação ao presidente Fernando Henrique", concluiu.

Suassuna defende chapa de união para compor a Executiva

A convenção do PMDB, no final de semana, em Brasília, transcorreu sem maiores atropelos, apesar de alguns terem previsto "uma guerra civil", avaliou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele informou a escolha do novo presidente nacional do partido, deputado Michel Temer (SP), e disse que o resultado obtido cria, a seu ver, a necessidade de consolidar uma chapa de união para compor a Executiva do partido.

Para o senador, o que ficou patente na convenção é que todos os peemedebistas querem uma candidatura partidária própria à Presidência da República.

Como integrante da Executiva que encerrou o mandato, Suassuna disse que se sentiu orgulhoso com o brilho do encon-



Ney Suassuna: PMDB quer candidato próprio à Presidência da República

tro, que contou com a participação de dois ex-presidentes da República, ministros e ex-ministros. Ele enfatizou sua satisfação com o fato de o ex-presidente Itamar Franco continuar no partido.

Conforme relatou Suassuna, que esteve com o presidente da República, Fernando Henrique lhe transmitiu sua alegria com o resultado da convenção e destacou que o importante é encontrar uma unidade entre os partidos que compõem o governo.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que, apesar de ter sido voto vencido na convenção, ela demonstrou que o partido tem raiz. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que a convenção foi um espetáculo "eminente democrático".

Quintanilha quer alterar MP do Código Florestal

Ele advertiu para o risco de rebelião no Norte do país caso não seja alterado o percentual da área que pode ser desmatada nas propriedades da região – 20%, conforme determina a medida provisória

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) advertiu ontem que, se a medida provisória (MP) que altera o Código Florestal, fixando em 20% a área que pode ser desmatada nas propriedades rurais, não for alterada, poderá provocar uma “verdadeira rebelião” nos estados da Região Norte. A MP foi aprovada, mediante projeto de conversão, na semana passada pela comissão mista.

Leomar Quintanilha fez um apelo ao bom senso dos parlamentares que integram as duas Casas do

Legislativo para que façam uma reflexão sobre o assunto e modifiquem o texto da MP – que foi reeditada 67 vezes –, quando de sua votação final em sessão conjunta, prevista para esta semana. Ele disse que entre os produtores rurais da Região Norte reina “um clima de indignação” com a fixação da área de exploração das florestas em 20%. Ressaltou que a medida restringirá a expansão agrícola e comercial daqueles estados.

O senador integrou a comissão

mista, presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que visitou vários estados participando de debates e discussões sobre o assunto, ouvindo a opinião de produtores rurais, cooperativas e ambientalistas. Ele defendeu a proposta de zoneamentos ecológico-econômicos – que definem as regiões que podem ser desmatadas e as que devem ser preservadas. Enquanto isso não acontecer, entende Quintanilha, deve ser mantido o percentual de 50% para a exploração das flores-

tas, conforme a legislação atual.

– Caso permaneçam os 20% na MP, a maioria dos produtores rurais nortistas estará na ilegalidade. Não é possível que uma lei seja criada para colocar quem produz grande parte dos alimentos do país na ilegalidade. Isso precisa ser revisto – enfatizou o senador.



Quintanilha: não é possível que lei coloque na ilegalidade quem produz grande parte dos alimentos do país

Amir Lando apóia reação em Rondônia contra a medida

O senador Amir Lando (PMDB-RO) manifestou sua solidariedade ao movimento de desobediência civil que está sendo organizado por setores da população de Rondônia contra a medida provisória (MP) que determi-



Quando sobrevivência está em jogo, população tem o direito de reagir, afirma Lando

na a preservação de 80% da cobertura florestal em propriedades rurais na Amazônia Legal. Ele justificou que a intolerância, a incompreensão e a falta de diálogo das autoridades federais levaram as autoridades e o povo do estado a tomar atitudes concretas contra a MP.

– Quando a vida, a sobrevivência e os sonhos estão em jogo, a população tem o direito de reagir. Mas queremos uma reação não violenta e ordenada, que mostre a inconformidade do povo contra uma lei que lhe foi imposta de cima para baixo, sem ter sido votada no Congresso – afirmou.

O episódio em que Mahatma Gandhi, em 1930, protestou contra a decisão do governo britânico – que mantinha a Índia como colônia – de decretar o monopólio do sal, obrigando cada cidadão a comprar o produto dos agentes do governo por um preço 24 vezes mais alto, foi citado por Amir Lando como exemplo de que a desobediência civil é um direito intrínseco do ser humano e alternativa contra decisões injustas.

Na opinião do senador por Rondônia, a medida provisória fere direitos adquiridos e quebra contratos estabelecidos com a legislação anterior, que previa a preservação de 50% da cobertura florestal. “Os produtores, antes saudados

como heróis que ousaram ocupar aquelas terras, hoje estão ameaçados por esse processo de despejo, já que querer reduzir para 20% a área disponível para produção é exigir que ele se torne um guarda florestal gratuito”, comparou.

Lando lembrou que a sociedade de Rondônia, depois de ampla discussão com organismos científicos internacionais, aprovou um projeto de zoneamento econômico-ecológico que contempla o desenvolvimento do estado com a preservação ambiental. Ele considerou a MP uma medida inepta, injusta e irresponsável que agride o bom senso.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) opinou que as autoridades federais não podem mudar o percentual mínimo de preservação sem levar em conta a situação de milhares de pessoas que foram incentivadas a ocupar a região. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a busca de uma alternativa que possa garantir o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, a preservação ambiental.

Simpósio discutirá a soberania nacional

Nos dias 12 e 13 de setembro será realizado, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, o simpósio Desperta Brasil – Movimento Cidadão pela Soberania Nacional, que discutirá a questão especialmente no que diz respeito à Amazônia. O evento é promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Academia Taguatinguense de Letras, Associação Comercial e Industrial do Distrito Federal e Academia de Letras e Música do Brasil.

No primeiro dia do encontro, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) debaterá o tema “Ecologia e Desenvolvimento Auto-Susten-

tável da Região Norte do Brasil”. O senador Amir Lando (PMDB-RO) participará da discussão sobre o tema “Integração do Silvícola sem Agressão à sua Cultura e à Natureza”. Encerrando o ciclo de debates do dia, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) falará sobre “Biodiversidade como Fator de Progresso e de Segurança Nacional”.

No segundo dia do evento, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) iniciará a discussão com o tema “A Calha Norte no Contexto da Soberania e da Segurança Nacional”. O deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) falará sobre “So-

berania Nacional, Angústia do Povo e Posição Cidadã do Congresso Nacional”. O tema “ONGs e Missões Científico-Religiosas na Conscientização Cidadã e da Segurança Nacional” será apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A senadora Marina Silva (PT-AC) encerrará o debate falando sobre “A Miséria na Visão Política e Partidária e da Segurança Nacional”.

O simpósio é aberto à participação da comunidade. Maiores informações, pelos telefones 242-0053/381-8916/443-5942, e ainda pelo fax 242-0515 ou e-mail despertaBrasil@starmedia.com.br.

Emilia Fernandes destaca êxito da 24ª Expointer

A realização da 24ª Feira Internacional de Animais do Rio Grande do Sul (Expointer), considerada a maior exposição agropecuária da América Latina, foi destacada em Plenário pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). A feira quebrou o recorde de visitantes, recebendo 600 mil pessoas – sendo 325 mil em apenas



Volume de negócios foi maior do que no ano passado, disse Emilia

um final de semana, informou. Segundo a senadora, foram comercializados 1.443 animais, em transações que movimentaram R\$ 2,28 milhões, volume maior do que no ano anterior. A feira teve a participação de produtores rurais de vários estados brasi-

leiros, além de países da Europa e do Mercosul.

Emilia destacou que as vendas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas totalizaram R\$ 30,1 milhões, 118% a mais do que em 2000. Ela disse que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) disponibilizou R\$ 3 milhões para financiam-

mentos de negócios na Expointer.

A senadora assinalou o esforço do governo do estado para controlar o surto de febre aftosa que chegou a ameaçar a realização da feira, ressaltando que a doença foi controlada, com duas vacinações em menos de 70 dias, abrangendo

um rebanho de 13,5 milhões de cabeças.

O sucesso da Mostra de Agricultura Familiar na Expointer também foi destacado pela senadora, assinalando que o grande desafio que o governo gaúcho vem enfrentando é manter as famílias de agricultores no campo.

Emilia Fernandes reportou-se a declaração do secretário de Agricultura do estado, José Hermeto Hoffmann, para quem “o Brasil tem uma enorme dívida social, com mais de 50 milhões de brasileiros que passam fome”. A senadora endossou as palavras do secretário, segundo o qual “é necessária uma política agrícola nacional que recupere a renda dos agricultores e que estabeleça um novo patamar estratégico no comércio internacional”.